

**De:** comunica

**Enviado:** sexta-feira, 3 de junho de 2016 18:03

**Assunto:** Resposta à Carta Aberta dos Servidores de Tecnologia da Informação do Inmetro

03/06/2016

## **Resposta à Carta Aberta dos Servidores de Tecnologia da Informação do Inmetro sobre a continuidade dos serviços de Informática**

Ontem, o Inmetro teve ciência de uma carta aberta assinada por servidores da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Ctinf) que denunciaria atividade atentatória à Instituição por parte da “alta administração” – entendida não somente como a Presidência, mas também o Chefe de Gabinete e outros assessores diretos, tais como o Procurador-Geral e o Corregedor. O texto contém equívocos e demonstra desconhecimento dos trâmites administrativos envolvidos no processo decisório desta Instituição. Merece, assim, uma resposta igualmente aberta, espelhando alguns dos princípios basilares que vêm norteando a Presidência desde o início de sua gestão: transparência de seus atos; busca incessante pela eficiência; esforço pela melhoria no clima institucional; idoneidade, e combate a ilícitos. É de muitos desses valores que trataremos nesta resposta.

A seleção dos gestores do Inmetro é amplamente discutida com a Diretoria Colegiada e é calcada, primordialmente, no compromisso com a eficiência, a urbanidade no trato com os servidores e a apresentação de resultados, valores fundamentais para a Administração Pública. Até o presente momento, a atual Presidência tem valorizado a promoção de servidores da Casa para ocupação de cargos de confiança, à exceção do chefe de Gabinete e do Coordenador-Geral de Infraestrutura, profissionais plenamente qualificados para os postos.

Quando se trata de cargo de confiança, o nível de exigência por parte da atual Administração é alto: caso as expectativas fixadas não sejam atendidas ou se quebre a confiança, a exoneração do cargo é o único caminho a ser seguido. Independentemente de ter sido nomeado um servidor da casa ou alguém de fora da casa, não há como ser diferente. Cobram-se resultados, e, acima de tudo, transparência e idoneidade.

Quanto aos processos de contratação emergencial da informática citados na carta aberta, afirmamos categoricamente que em momento algum os trâmites foram interrompidos ou deixaram de ser coordenados pela Ctinf. A Presidência do Inmetro e sua Chefia de Gabinete são superiores hierarquicamente à Ctinf e têm por obrigação legal não somente controlar e orientar a Ctinf, mas também dar ordens e rever atos que sejam irregulares ou inadequados.

Vamos aos fatos: no seguimento dos processos, após confecção pela Ctinf e aprovação pela Procuradoria Federal do Inmetro (Profe), a Diretoria de Administração e Finanças (Diraf) descobriu uma irregularidade grave. O caso foi relatado por servidor da Diraf ao Chefe de Gabinete, autoridade competente, que solicitou uma análise dos servidores responsáveis pela área de compras e pelo Corregedor. Concluiu-se pela necessidade de saneamento do processo administrativo. Agora, sob a coordenação da Chefia de Gabinete, os processos devidamente saneados seguem seu curso regular, inclusive retornando para o acompanhamento da Ctinf.

Cumpramos observar que, se todas ou algumas empresas são inidôneas, cabe às áreas competentes, incluindo a Ctinf, registrar esta observação no processo, assessorando a Chefia de Gabinete e a Presidência do Inmetro.

Sim, é fato que o Inmetro está em risco de ficar sem serviços de informática. Por essa razão, mas também por outros fatos graves relativos à condução do processo licitatório, a “alta administração” passou a atuar de modo mais próximo à Ctinf. Como desde dezembro de 2015 a Ctinf não concluiu sequer uma contratação emergencial, nem iniciou um processo licitatório de maneira adequada, concluiu-se pela necessidade de substituição de sua coordenação. O indicado para substituir Ricardo Sigaud seria um dos subscritores da carta aberta. Trocar-se-ia um servidor por outro servidor. Caso houvesse alguma má intenção por parte da “alta administração”, por que ela insistiria em colocar um servidor do Inmetro à frente da Ctinf? E um servidor da própria Ctinf?

A presente Administração tentou, de todas as formas, sanear os procedimentos relativos à Ctinf. Porém, mesmo antes da publicação da carta aberta, já havia concluído pela necessidade premente de designar uma Comissão de Sindicância a ser presidida por funcionário da CGU ou da AGU. Se há suspeita de fraude e outros desvios no caso, esta responsabilidade não pode recair sobre a alta administração, que atuou justamente para evitar qualquer tipo de irregularidade e prejuízo ao Inmetro, cumprindo seu papel.

Cumpramos lembrar que o próprio servidor Ricardo Sigaud foi indicado pela Chefia de Gabinete e nomeado pela Presidência do Inmetro. Na ocasião, foi-lhe comunicado pela Presidência que estaria em “fase de experiência” e sua permanência no cargo seria condicional ao saneamento dos graves problemas da Ctinf. Desse modo, nada mais natural do que sua substituição neste momento, em que os serviços de TI sob sua coordenação correm o risco de parar de vez. A decisão por sua substituição decorre do não atingimento de metas fixadas pela Presidência do Inmetro. Na verdade, caso não ocorresse a substituição do atual coordenador da Ctinf, caberia responsabilização, aí sim, da alta administração.

Todos os processos citados na tal carta aberta são públicos. Estão à disposição para quem quiser tomar conhecimento dos mesmos. A Profe, a Corregedoria e a Auditoria se colocam à disposição dos servidores e colaboradores que necessitarem de esclarecimentos adicionais.

Espera-se que, cada vez mais, a Casa adote em sua cultura dois deveres de suma relevância para o servidor público: a urbanidade e a lealdade para com a Instituição. Caso tenham ciência de alguma irregularidade, utilizem os meios legais para encaminhar e cobrar providências.

Por fim, vale ressaltar que a Presidência norteia todos os seus atos pelo mais absoluto rigor na separação entre o público e o privado, sobretudo, e não apenas, na gestão dos recursos governamentais. E nenhum servidor do Inmetro poderá apontar um só ato desta administração que contrarie essa afirmação.

Presidência do Inmetro